

## ATA DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº 11/2023

Data: 14/11/2023

**Local:** Sede da CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE BEBERIBE

### Membros Presentes:

- **Adiel Cosme Dantas;**
- **Aldenio Mendes de Lima;**
- **Wilson Monteiro da Silva;**
- **Franciézio Leonílio da Silva;**
- **Anacisa de Almeida Gama;**
- **Jozildo Araújo da Costa Lima.**

### Membros Ausentes:

- Aneli Ferreira Lima;
- Maria Graciela Afonso dos Santos;
- Cleane Pereira Santos;
- Maria Eunice Carneiro da Costa;
- Sonata Sisneide de Almeida Ferreira Campos;
- Francisco Renan Sombra Ferreira.

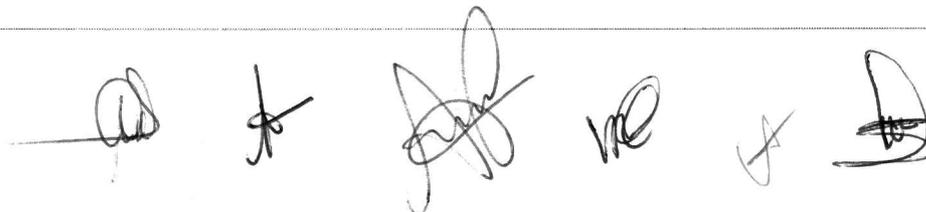
### Convidado(s) Presente(s):

- Lorena Evangelista Moreira Lima – Responsável pelo Pró-Gestão;
- José Carvalho Júnior - Diretor Presidente da CAPESB;
- Antônia Aldenisa Chagas – Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação e responsável pela COMPREV;
- André Dieb - Diretor Financeiro;
- Vitor Leitão – Sócio Administrador da LEMA;
- Maria Valdenia Fernandes Gama – Presidente de Conselho de Previdência;

**Presidente do Conselho Fiscal: Anacisa de Almeida Gama**

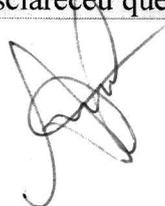
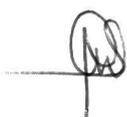
### Designação dos Membros:

- Adiel Cosme Dantas - Titular representante do Poder Executivo;
- Aldenio Mendes de Lima - Titular representante do Poder Executivo;
- Wilson Monteiro da Silva - Titular representante do Poder Executivo;
- Aneli Ferreira Lima - Suplente representante do Poder Executivo;
- Maria Graciela Afonso dos Santos - Suplente representante do Poder Executivo;
- Cleane Pereira Santos - Suplente representante do Poder Executivo;
- Franciézio Leonílio da Silva - Titular representante dos Servidores;
- Anacisa de Almeida Gama - Titular representante dos Servidores;
- Jozildo Araújo da Costa Lima - Titular representante dos Servidores;
- Maria Eunice Carneiro da Costa - Suplente representante dos Servidores;
- Sonata Sisneide de Almeida Ferreira Campos - Suplente representante dos Servidores.
- Francisco Renan Sombra Ferreira- Suplente representante dos Servidores.



**Deliberações**

Aos quatorze (14) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), as 9:00 horas reuniu-se, ordinariamente, no auditório da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Beberibe – CAPESB, o Conselho Fiscal desta citada instituição, com a presença dos seguintes membros: Adiel Cosme Dantas, Aldenio Mendes de Lima, Anacisa de Almeida Gama, Franciézio Leonílio da Silva, Jozildo Araújo da Costa Lima e Wilson Monteiro da Silva. A presidente do Conselho Deliberativo, senhora Valdenia Gama falou que recebeu uma ligação do Armando Bonfim, Assessor Jurídico da CAPESB, convidando-a para participar de uma reunião juntamente com o Procurador do município e o Secretário de Finanças do Município para tratar sobre a situação do repasse patronal que está em atraso, referentes aos meses de agosto e setembro. A Sra. Valdenia relatou que ele queria inicialmente se reunir apenas com os presidentes dos Conselhos de Previdência e Fiscal, na data solicitada por eles. A Sra. Valdenia falou que não poderia participar e se atentou que esta reunião deveria contar com a presença de todos os membros que compõem os conselhos, pois este é um assunto que interessa a todos, reiterou ainda que o convite foi feito para que eles participassem da reunião do dia 14 de novembro e solicitou ao grupo que ouvissem as explicações respeitando os nobres colegas, até porque eles recebem ordens não sendo eles os culpados por esse atraso nos repasses. O senhor Aldenio Mendes enfatizou que esta reunião seria um momento para que todos tratassem de sugerir uma solução para o problema. Na sequência o presidente da CAPESB senhor Carvalho Júnior para otimizar o tempo convidou o senhor Vitor Leitão para fazer a apresentação da Política de Investimentos para o ano de 2024. Ele iniciou destacando os pontos que compõem a política de investimentos e destacou que enfatizaria em sua apresentação aqueles que são mais importantes. Conforme a divisão feita em tópicos, primeiro a parte introdutória, apresentação, o que é política, seus objetivos, a base legal, basicamente a portaria e resolução e a vigência que se refere ao ano de 2024 que contém todo o detalhamento e as exigências que devem conter a política de investimentos. Por fim uma parte de transparência que é uma exigência da norma e as disposições finais com seus respectivos anexos que trata das metodologias que foram utilizadas. Prosseguiu sua fala reiterando que esta política de investimentos já foi apresentada e discutida com o Comitê de Investimentos. Formalmente parte uma minuta inicial pela LEMA, o Comitê reconhece, faz as respectivas considerações a LEMA altera e adequa conforme o comitê julgar, como sendo a que mais faz sentido para em seguida ser apresentada e aprovada pelo Conselho de Previdência. A política de investimentos deve seguir algumas diretrizes e princípios, conforme a apresentação do senhor Vitor Leitão, a segurança, a rentabilidade, solvência e liquidez, exemplificando tudo isso conforme a aplicação relacionada aos títulos públicos. A motivação que levou a aplicação neste tipo de investimento, ou seja, um título com risco baixo considerado o menor do mercado, com uma rentabilidade superior a meta atuarial, Tesouro Nacional e adequado as diversas obrigações e a transparência. A política de investimentos deve ser apresentada antes da sua implementação, após isso deverá ser elaborada uma ata e devolvida a política de investimentos devidamente assinada para submeter isso junto ao Ministério via CADPREV, após tudo isso deverá ser validado até a data de 31 de dezembro. A legislação do Conselho Monetário Nacional conforme a Resolução CMN nº 4.963/21 e a Portaria MTP nº 1.467/22. Esclareceu que mediante a nova portaria pode ser que



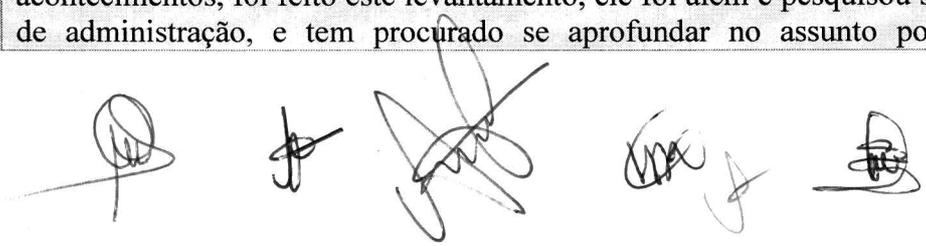
a política de investimentos sofra alguma alteração para se adequar a nova portaria que entrará em vigência. A atual política de investimentos terá como vigência o ano de 2024 e caso precise ser revista deverá passar pela aprovação do Conselho de Previdência. O modelo de gestão permanece como está mediante as decisões que são tomadas internamente pelo conselho, perante o modelo de gestão própria. A meta atuarial para o próximo ano será de 5,03% que perante a expectativa da inflação poderá ser de 9,13% que identificamos como uma meta boa que poderá ser alcançada sem grandes riscos. Explicou que mediante este cenário o que foi projetado para o ano de 2024 é baseado nas referências de aplicações do ano anterior, e segue sua apresentação mostrando as aplicações e rentabilidades nos diversos investimentos, mantendo a soma de percentuais, havendo uma diminuição de 38% para 30% e um aumento de 27% para 35%, ou seja, trocar fundo de títulos públicos por títulos diretos fazendo esta inversão, porque os títulos diretos podem ser comprados sem custos, uma taxa superior que pode garantir a meta atuarial e a possibilidade de fazer a marcação na curva, com uma renda já definida até o final da aplicação. Vitor Leitão enfatizou ainda que a vantagem de ter a marcação a mercado é porque estará sempre disponível podendo a qualquer hora vender, esta renda pode variar, porém o que se tem de bom é que no final da aplicação se garante a meta. O processo de compra de títulos públicos foi feito este ano, mas como as taxas de juros estão caindo talvez no futuro não valha mais a pena comprar. Ele prossegue explicando em tabela as adequações que foram realizadas conforme as diversas aplicações e seus respectivos percentuais. Falou também com relação aos consignados para fazer empréstimos para o servidor inativo, pois nosso município possui uma nota B o que impossibilita tal aplicação para os servidores ativos. A CAPESB poderia aplicar 10% do seu patrimônio, mas que ficaria de fora para o próximo ano, devido algumas situações, como a contratação de um sistema, a definição de um seguro, o número máximo de parcelas a definição da taxa de juros entre outras coisas, mais além de existir casos em municípios em que a seguradora não tem interesse pois a massa de servidores inativos já tinha a idade muito avançada. Caso a CAPESB resolva implantar os consignados para o próximo ano precisa refazer a política de investimentos e chamar o Conselho de Previdência para refazer todo o processo. O senhor Carvalho Júnior falou a respeito do recebimento da certificação do Pro-Gestão, e o senhor Vitor Leitão completou que com o Pro-Gestão, com relação aos investimentos que passam a contar com relatórios e acompanhamentos diferenciados, tem a questão dos limites que aumentam os percentuais em investimentos, embora não seja necessário usá-los neste primeiro momento. No final da apresentação a senhora Lorena Moreira indagou se tudo isso já havia passado pela análise do Diretor de Investimentos, foi justificado que já havia sido estudado juntamente com ele. A senhora Valdenia, após reforçar que a política de investimentos já havia passado pelo Comitê de Investimentos, lançou a pergunta para os conselheiros se eles iriam aprovar a política de investimentos ou deixariam para um outro momento, porém todos os membros presentes dos Conselhos aprovaram a Política de Investimentos da CAPESB para o ano de 2024. Em seguida o senhor André Dieb veio falar sobre um novo fundo de investimentos, enfatizando que o comitê fez a lição de casa, além de conhecerem o local, o investimento foi feito na própria sede, já chegaram lá com todas as informações, foi feito o credenciamento, solicitaram da LEMA um parecer, perante análise do Comitê o investimento é



bastante favorável e hoje vai ser apresentado para saber se o comitê é favorável a aquisição deste novo investimento, sendo um fundo de investimento em renda fixa, com crédito privado. Na conclusão do relatório, o senhor Vitor ressaltou que o fundo ainda não possui gestão de recursos oriundos de RPPS, e que a Caixa de Previdência já aplicou um percentual de 4,17% dos 5% estipulados pela política de investimento nesse tipo de aplicação, sendo que a sugestão da consultoria é fazer um resgate do Fundo MONGERAL AEGON INSTITUCIONAL FI RF CRÉDITO PRIVADO, que hoje tem um saldo de R\$ 1.957.540,13 (um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e treze centavos) que representa um percentual de participação de 2,61%, num valor de R\$ 957.540,13 (novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e treze centavos). Assim, abrindo espaço para um aporte de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) no INTER CORPORATE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, mantendo os percentuais de alocação dentro dos limites da Política de Investimentos, bem como dando maior diversificação e distribuição do risco neste seguimento de renda fixa. Enfatizou que o Banco INTER é uma gestora nova, mas que se enquadra em uma posição, com bom administrador e gestor. O banco ocupa a melhor posição com relação à rentabilidade referente aos diferentes prazos, relacionado a volatilidade em comparação aos outros bancos ele também se destaca. E para encerrar fala do parecer de conclusão no qual destaca que não seria prudente a CAPESB aplicar mais recursos enquadrados neste tipo de fundo, pois já está muito próximo do limite, no entanto a orientação será resgatar um valor de um fundo existente para aplicar nele, seria uma troca nestes fundos. O senhor Herysonn Monteiro completou que fora tudo o que foi apresentado pelo colega ele havia feito um relatório baseado em um resumo de tudo que foi apresentado, que irá existir uma distribuição de percentuais, pois existem dois fundos que corresponde a quase 20%, e irá distribuir a aplicação em três fundos, buscando desta maneira diminuir os riscos nas aplicações, outra vantagem é que este fundo apresenta uma liquidez zero, ou seja, você pode pedir para resgatar no dia seguinte caso seja necessário. Em seguida colocou à disposição o presente relatório caso o conselho sinta a necessidade de analisá-lo mais detalhadamente. A proposta foi colocada em votação para o conselho e todos os membros presentes aprovaram a proposta de aplicação em um novo fundo de investimentos. O senhor Herysonn continua sua participação na reunião desta vez falando sobre as aquisição dos títulos públicos que são comprados com juros semestrais, dependendo do final do título se ele é par ou ímpar, será pago em março e maio em agosto e novembro, então a CAPESB já está começando a receber agora em agosto, o valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) e o próximo agora já seria no mês de novembro, ele então pede a aprovação do Conselho de Previdência para quando estes valores caírem em conta, eles já poderem comprar novos títulos, reaplicando os rendimentos em novos títulos públicos que também foi aprovado pelo Conselho de Previdência. o senhor Vitor destacou um modelo de alguns RPPS em que dependendo de um valor definido se a rentabilidade é de uma carteira que já existe o Diretor Financeiro poderá fazer esta aplicação sem consultar o conselho, se o valor for maior com relação ao que foi antes definido, se for uma instituição nova, aí precisa da aprovação do Conselho de Previdência. O senhor Vitor Leitão acrescentou que algumas adequações e decisões podem ser tomadas mediante os fundos de aplicações para que não os tornem engessados demais perdendo a oportunidade de aplicar quando

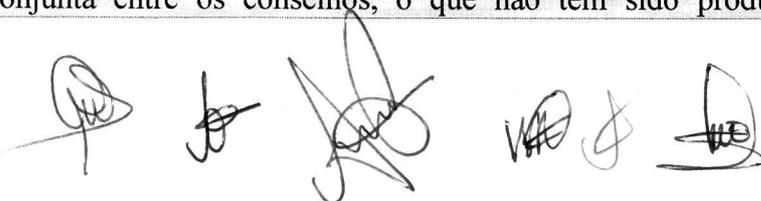


o mercado esteja disponibilizando na ocasião uma boa rentabilidade. Na sequência o senhor Carvalho Júnior falou sobre uma reunião que foi solicitada pelo Dr. Bitu, Procurador do Município e o Secretário de Finanças do município senhor Antônio Carlos, apenas com os presidentes dos Conselhos e do Comitê de Investimentos para tratar de alguns assuntos relacionados a CAPESB e a situação financeira deles, este comunicado foi levado até os presidentes, porém eles não concordaram e acharam melhor convidá-los para uma reunião com todos os membros que compõem os Conselhos da CAPESB. Falou ainda que existem algumas informações que são divulgadas equivocadas, com relação ao atraso nos repasses, pois a prefeitura tem repassado a parte do servidor, porém tem atrasado a parte patronal referente as secretarias de Saúde e Educação. A senhora Valdenia indagou qual seria o montante da dívida deixada pela prefeitura até o momento, referente ao atraso de repasses da parte patronal ele falou que seria de R\$ 1.528.784,63 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). O senhor Aldenio falou que com relação a Educação ele tem um pouco de preocupação, pois é um orçamento programado para todo o ano, levando em consideração o cenário atual dificilmente não haverá parcelamento. O senhor Carvalho Júnior falou que já havia alertado para o vencimento da CRP que ocorre agora no dia 21 de dezembro de 2023, porém se a prefeitura pagar os meses de agosto, setembro e outubro dar para retirar a CRP deste ano vigente. Ainda com relação a reunião que ele participou foi solicitado pelo Secretário de Finanças uma planilha com todos os gastos realizados pela CAPESB, ele fez esta planilha juntamente com o senhor André Dieb, constando todas as informações solicitadas e entregou pessoalmente ao secretário, ele analisou e afirmou que estava tudo normal. Continua sua fala destacando a importância da participação dos conselheiros suplentes nas reuniões para terem conhecimento dos assuntos e decisões que são tomadas e sugeriu que eles fossem convidados para a próxima reunião que aconteceria no mês de dezembro. A senhora Anacisa Gama presidente do Conselho Fiscal solicitou aos conselheiros que realizasse o reconhecimento de firma, para registrar os regimentos que precisam ser encaminhados ao Cartório do 2º. Ofício até o final deste mês de novembro. O senhor Carvalho Júnior solicitou aos presidentes dos conselhos que elaborassem um relatório assinado por todos os membros referente aos assuntos que forem apresentados no 11º Congresso Brasileiro para Conselheiros de RPPS realizado pela ABIPEM em João Pessoa no Estado da Paraíba. Em seguida falou sobre a lei referente a solicitação das ajudas de custo, o doutor Armando ao falar com o doutor Bitu, ele solicitou a planilha com todos os gastos da CAPESB, para com base nestes dados ver a situação das diárias, após algumas falas e opiniões dos conselheiros, o presidente falou sobre a conclusão do Pro-Gestão, em que a CAPESB recebeu o certificação nível 1 (um), parabenizou a senhora Lorena Evangelista pelo compromisso e dedicação que desempenhou nos trabalhos para a conquista do certificado. Ela reforçou que apesar da conquista precisamos manter o trabalho, para não correr o risco de perder, então uma das determinações é a realização das audiências públicas no decorrer do ano e que será realizada uma audiência pública neste mês de dezembro. O senhor André Dieb, iniciou sua apresentação falando que o Conselho Fiscal já havia solicitado uma prestação de contas referente a taxa administrativa e agora com os últimos acontecimentos, foi feito este levantamento, ele foi além e pesquisou sobre a taxa de administração, e tem procurado se aprofundar no assunto pois ele é o



responsável pela parte financeira e queria aproveitar o momento para dividir com o grupo está angustia, após a cobrança feita pelo Procurador do município. Na visão dele quando acontecer a reunião vai ser solicitado que haja uma redução nos gastos e isso não será legal para o Pro-Gestão e para a própria CAPESB, na ocasião eles precisam está bem alinhado para explicar que está sendo feito um bom uso dos recursos, não se sabe o que eles querem fazer com as sobras desta taxa de administração. Hoje a prefeitura passa a parte patronal e a taxa suplementar, porém a gestão municipal não arca com nenhum custo para os compromissos financeiros e manutenção da CAPESB. Existe o problema previdenciário que afeta todo o país, inclusive em uma reunião que ocorreu junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará passaram dados alarmantes que em curto e a médio prazo todos os investimentos serão inviabilizados por conta da dívida com a Previdência, com certeza virão outras reformas para procurar sanar tudo isso. Afirmou que a capacitação e a boa gestão dos recursos irão diminuir os problemas financeiros da instituição, e caso não se tenha uma boa política de investimentos, o Patrimônio Líquido cai, aumenta o déficit e todas as rentabilidades da Caixa de Previdência ficam comprometidas. O senhor Franciedson fez uma fala com relação a desoneração da folha em que foi publicada uma lei onde os municípios que possuem regime geral ao invés de contribuir com 20%, passaram a contribuir com 8% nos repasses patronal em todos os municípios que possuem regime próprio, em que os funcionários contratados contribuem para o INSS, esta foi uma medida adotada pelo governo Federal para ajudar as prefeituras, neste cenário tem toda uma perspectiva de compensação e crescimento e a prefeitura tenta apertar logo onde está funcionando, isso não é justo. E no final de sua fala destacou que já está na hora de mostrar na Câmara de Vereadores o que é a CAPESB, o senhor Henrique Rebouças aproveitou o momento e sugeriu que a próxima audiência pública acontecesse na Câmara de Vereadores de preferência no horário da sessão. Na sequência o senhor André continua sua apresentação dizendo que o RPPS é um ponto fora da curva, por exemplo a instituição não apresenta problema com o prédio, a prefeitura não precisa está arcando com material de consumo, porém apesar de toda essa independência não existe outra instituição no município que receba tanta fiscalização quanto um RPPS, então apesar de ter os bônus e ônus tem também as penalidades. E fez uma comparação com relação ao tempo que trabalhou em outra secretaria em que a cobrança que existia não chega a 1% da que ele tem nos dias de hoje atuando na CAPESB. Para finalizar a alíquota que existe hoje que é 14% do patronal e 6,14% da suplementar, da alíquota normal é destinada a retirada da taxa de administração, a CAPESB tem o direito a um adicional de 20% devido a certificação do Pró-Gestão, porém abriram mão deste valor para este ano e no próximo ano só vai ser utilizado caso seja necessário, no entanto mediante a todo crescimento administrativo é inadmissível aceitar que esta taxa de administração seja extinta da CAPESB. Outro ponto destacado foi que agora com a mudança fiscal todos os serviços que são prestados hoje, a CAPESB desconta o imposto de renda das empresas que prestam assessoria esse valor debitado é enviado para os tributos da prefeitura que emite um DAM, a CAPESB paga este DAM para a prefeitura gerando uma renda equivalente a quase cem mil reais anuais nos cofres do município. Foi falado que estes assuntos serão abordados na audiência pública e a senhora Lorena completou que nesta audiência devem ser abordados alguns temas que são determinações do Pró-

Gestão dentre eles, relatório de governança, avaliação atuarial e a política de investimentos, são obrigatórios estarem na pauta da audiência. Foram colocadas algumas possíveis datas para a realização da audiência, algumas observações foram feitas com relação ao horário, para possibilitar a participação dos servidores, pois eles estarão em seus horários de trabalho. O senhor Carvalho Júnior retorna ao assunto da Taxa Administrativa em que o senhor André havia apresentado e esclarece que a prefeitura não tem custo nenhum com a CAPESB e ao invés dela pagar 14% da parte patronal na realidade ela só paga 11,7%, pois a taxa de administração de 2,3% já está embutida nos 14% do Patronal. Em outros municípios esta taxa é paga por fora dos 14% referente a parte patronal. O senhor André pediu a palavra para finalizar sua participação falando que de repente eles podem criar uma lei municipal solicitando que as sobras de receitas do final do ano sejam revertidas para o pagamento de benefícios, o nosso município ainda não possui esta lei, mas caso queira implantar deverá passar pela aprovação do Conselho de Previdência. A lei já assegura que esta sobra deverá ficar no caixa do Regime Próprio de Previdência, sendo vetada a devolução para o ente, cabe então ao Conselho Deliberativo decidir se o valor ficará em caixa ou será destinado ao pagamento dos aposentados e pensionistas, porém mesmo assim este valor permanecerá no caixa da CAPESB. A senhora Lorena falou com relação a fiscalização que está sendo realizada pelo Ministério Público em todos os sites dos RPPS's do Estado do Ceará, e fizeram algumas considerações no relatório que foi elaborado. O site da CAPESB com relação aos dos outros municípios está até bom, isso se deve ao trabalho que vem sendo feito perante as exigências do Pró-Gestão, mas questionaram como os processos licitatórios estavam lá no site pois as informações estavam muito soltas, então mediante esta observação todas as licitações estão sendo organizadas no site. Foi esclarecido que algumas informações não aparecem porque estão unificando todos os processos em que as informações estavam soltas para tornar o processo mais organizado, além disso foi solicitado também os relatórios de gestão, pois lá no site aparecia até o ano de 2016 e depois não foi colocado mais, o advogado mediante uma pesquisa realizada encontrou que este relatório deve ser elaborado pelo ente, este foi o motivo que justifica a ausência destes relatórios a partir do ano de 2016. A equipe da CAPESB teve que correr contra o tempo para atender as solicitações que foram feitas pelo Ministério Público do Estado. Ainda estão aguardando o parecer do Ministério Público, pois a empresa que presta assessoria estava amontoadada de trabalho pois eram vários municípios que estavam participando deste processo. Na sequência continuamos a reunião apenas com os membros que compõem o Conselho Fiscal, a senhora Anacisa Gama fala a respeito do Jeton de Presença que perante a responsabilidade que todos desempenham, a presidente sugere um aumento deste valor. E reitera que na próxima reunião deverá sair um documento assinado por todos os conselheiros solicitando este aumento, pontuando todas as justificativas necessárias e as diversas atribuições de cada conselho. Na sequência a presidente do Conselho Fiscal ler a ata da última reunião, a ata foi colocada em votação e aprovada por todos os membros presentes. A senhora Anacisa fala a respeito do relatório de fiscalização que foi elaborado e disponibilizado no grupo do Conselho Fiscal, ele precisa ser assinado por todos, pois ainda faltam seis meses que precisam ser fiscalizados até o mês de dezembro. No momento foi discutido a realização da reunião conjunta entre os conselhos, o que não tem sido produtivo para o



Conselho Fiscal, pois além de ultrapassarmos do horário, o tempo não é suficiente para desempenharmos todas as nossas demandas. Na ocasião foi marcada a data para a nossa próxima reunião de fiscalização no dia 21 de novembro, que contará também com a presença dos membros suplentes. A senhora presidente do Conselho Fiscal afirmou que irá cobrar a resposta dos relatórios de fiscalização e balancetes que foram encaminhados ao Diretor Financeiro da CAPESB. O senhor Franciézio perguntou a presidente do conselho com relação ao atraso do repasse patronal por parte da gestão, se caberia ao conselho fiscal efetivar alguma ação, ela disse que não, pois o nosso trabalho já estamos fazendo que é fiscalizar. Com relação ao atraso foi esclarecido que até o momento não é prejuízo para a CAPESB pois temos um superávit que permite arcar com todos os pagamentos, no entanto se nos tornarmos deficitário aí a situação se inverte podendo trazer algumas complicações financeiras. Sem nada mais a ser tratado a senhora Anacisa Gama encerra esta reunião da qual eu, Franciézio Leonílio da Silva, secretário deste Conselho Fiscal, lavrei e subscrevi a presente Ata que após lida será assinada por todos os membros do Conselho Fiscal que estiveram presentes na reunião ordinária.

**Responsável pela elaboração da ata:** Franciézio Leonílio da Silva

**MEMBROS DO CONSELHO FISCAL PRESENTES**

<b>ANACISA DE ALMEIDA GAMA</b>	<i>Anacisa de Almeida Gama</i>
<b>WILSON MONTEIRO DA SILVA</b>	<i>Wilson Monteiro da Silva</i>
<b>ALDENIO MENDES DE LIMA</b>	<i>Aldenio Mendes de Lima</i>
<b>ADIEL COSME DANTAS</b>	<i>Adiel Cosme Dantas</i>
<b>JOZILDO ARAÚJO DA COSTA LIMA</b>	<i>Jozildo Araújo da Costa Lima</i>
<b>FRANCIÉZIO LEONÍLIO DA SILVA</b>	<i>Franciézio Leonílio da Silva</i>

Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores  
Municipais de Beberibe – CAPESB

CNPJ: 72.519.622/0001-31



LISTA DE FREQUÊNCIA DO CONSELHO FISCAL DA CAIXA DE  
APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BEBERIBE –  
CAPESB

DATA DA REUNIÃO 14 / 11 / 2023

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO	
TITULARES	FREQUENCIA
Adiel Cosme Dantas (CPF: 616.802.303-87)	<i>Adiel Cosme Dantas</i>
Aldênio Mendes de Lima (CPF: 509.692.933-72)	<i>Aldenio Mendes de Lima</i>
Wilson Monteiro da Silva (CPF: 239.970.873-34)	<i>Wilson Monteiro da Silva</i>
SUPLENTES	
Aneli Ferreira Lima (CPF: 421.681.633-91)	
Maria Graciela Afonso dos Santos (CPF: 026.755.313-75)	
Cleane Pereira Santos (CPF: 026.956.603-16)	
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES	
TITULARES	
Anacisa de Almeida Gama (CPF: 232.349.203-97)	<i>Anacisa de Almeida Gama</i>
Franciézio Leonílio da Silva (CPF: 642.811.593-04)	<i>Franciezio Leonilio da Silva</i>
Jozildo Araújo da Costa Lima (CPF: 946.999.333-00)	<i>Jozildo Araujo da Costa Lima</i>
SUPLENTE	
Francisco Renan Sombra Ferreira (CPF: 022.317.423-81)	
Maria Eunice Carneiro da Costa (CPF: 481.025.203-53)	
Sonata Sisneide de Almeida Ferreira Campos (CPF: 430.821.493-91)	